

C. S. LEWIS

CRISTIANISMO PURO E SIMPLES

Livro I

**O CERTO E O ERRADO COMO CHAVES PARA A
COMPREENSÃO DO SENTIDO DO UNIVERSO**

Tradução: Álvaro Oppermann e Marcelo Brandão Cipolla
Revisão de tradução: Luiz Gonzaga de Carvalho Neto e Marcelo Brandão Cipolla
Revisão técnica: Omar de Souza

Martins Fontes

São Paulo 2005

Índice

Prefácio

Introdução

Livro I - O certo e o errado como chaves para a
compreensão do sentido do universo

1. A lei da natureza humana.....
2. Algumas objeções.....
3. A realidade da lei.....
4. O que existe por trás da lei.....
5. Temos motivos para nos sentir inquietos.....

Prefácio

O conteúdo deste livro foi originalmente divulgado na forma de programas de rádio antes de ser publicado em três volumes separados¹: *Broadcast Talks* (1942), *Christian Behaviour* (1943) e *Beyond Personality* (1944). Nas versões impressas, fiz pequenos acréscimos àquilo que falei ao microfone; mas, em linhas gerais, mantive o texto tal como fora ao ar. Na minha opinião, uma "conversa" pelo rádio deve manter-se o mais próxima possível da linguagem oral e não deve soar como um ensaio acadêmico lido em voz alta. Em meus programas, portanto, empreguei todas as contrações e coloquialismos usados nas conversas cotidianas. Nas edições impressas, reproduzi este modo de falar, usando *don't* e *we've* em vez de *do not* e *we have*². E toda vez que, nos colóquios radiofônicos, eu sublinhara a importância de uma palavra com o tom de voz, publiquei-a em itálico. Hoje, tendo a pensar que isso foi um erro — um híbrido indesejável entre a arte da fala e a da escrita. Um palestrante deve usar a variação da voz como instrumento de ênfase, pois esse método é próprio ao meio de comunicação empregado. Já um escritor não deve utilizar os

¹ Neste texto, encontra-se apenas o volume 1.

² Em inglês, as formas verbais não abreviadas são mais formais, e poderiam soar pretensiosas ao público a que C. S. Lewis se dirigia. (N. do T.)

itálicos para esse fim. Ele dispõe de meios próprios e diversos de frisar as palavras-chave, e deve usá-los. Na presente edição, desfiz as contrações e substituí a maior parte dos itálicos, reformulando as frases em que apareciam: espero que, mesmo assim, a obra não tenha perdido o tom "popular" ou "familiar" que desde o início pretendi dar-lhe. Também fiz cortes e acréscimos em partes da obra cujo tema julguei compreender melhor hoje do que há dez anos, ou onde sabia que a versão original não fora compreendida pelo público.

O leitor deve saber desde já que não oferecerei ajuda a ninguém que esteja hesitante entre duas denominações cristãs. Não sou eu que vou lhe dizer se você deve seguir a Igreja Anglicana, a Católica Romana, a Metodista ou a Presbiteriana. Essa omissão é intencional (mesmo na lista que acabei de elaborar, a ordem é alfabética).

Não faço mistério a respeito da minha posição pessoal. Sou um simples leigo da Igreja Anglicana e não tenho preferência especial nem pela Alta Igreja, nem pela Baixa, nem por coisa alguma. Neste livro, porém, não busco converter ninguém à minha posição. Desde que me tornei cristão, penso que o melhor serviço, talvez o único, que posso prestar a meus semelhantes incrédulos seja explicar e defender a fé comum a praticamente todos *as* cristãos em todos os tempos. Tenho várias razões para

pensar assim. Em primeiro lugar, as questões que dividem os cristãos entre si quase sempre envolvem pontos da alta teologia ou mesmo de história eclesiástica, que devem ser tratados apenas pelos verdadeiros conhecedores da matéria. Vadeando nessas águas profundas, eu não poderia ajudar a ninguém; antes, teria de ser ajudado. Em segundo lugar, penso que se deve admitir que a discussão dos pontos disputados não contribui em nada para trazer para o âmbito cristão uma pessoa de fora. Enquanto nos ocuparmos em escrever e discutir sobre estes temas, estaremos fazendo mais para impedir essa pessoa de ingressar em qualquer comunidade cristã do que para trazê-la para a comunidade à qual pertencemos. Nossas divisões só devem ser discutidas na presença dos que já chegaram a acreditar que existe um único Deus e que Jesus Cristo é seu único Filho. Por fim, tenho a impressão de que mais e melhores autores se engajaram no debate desses temas controversos do que na defesa daquilo que Baxter chamou "cristianismo puro e simples". A parte que me coube é a mais modesta, mas é também aquela em que penso poder dar a melhor contribuição. A decisão de segui-la foi natural.

Pelo que sei, foram esses os meus únicos motivos, e ficarei grato se as pessoas se abstiverem de fazer especulações fantasiosas sobre o meu silêncio a respeito de

certos temas em que há desavença.

Esse silêncio não significa, por exemplo, que eu esteja "em cima do muro". As vezes estou: há, entre os cristãos, certas questões pendentes cujas respostas, segundo penso, ainda não nos foram fornecidas. A respeito de outras, talvez eu nunca obtenha as respostas; se as buscasse, mesmo que num mundo melhor, ser-me-ia dito o que foi respondido a um inquiridor bastante superior a mim: "O que lhe importa? Quanto a você, siga-me!"³ Há uma terceira ordem de questões, no entanto, sobre as quais tenho uma posição firme, mas mesmo assim não me pronunciarei sobre elas, pois não escrevo para expor o que eu poderia chamar "minha religião", mas para explicitar o cristianismo "puro e simples", que é o que é e sempre foi, desde muito antes de eu nascer, quer eu goste disso, quer não.

Certas pessoas tiram conclusões precipitadas do fato de eu manter silêncio a respeito da Virgem Maria, a não ser para afirmar o nascimento virginal de Jesus Cristo. Mas não é óbvio o meu motivo para proceder dessa maneira? Se falasse mais, penetraria em regiões altamente controvertidas; e não existe, entre os cristãos, uma controvérsia maior ou que deva ser tratada com maior tato. As crenças dos católicos sobre esse assunto não são de-

³ As referências bíblicas foram extraídas da *Nova Versão Internacional* (Sociedade Bíblica Internacional), salvo quando outra referência é mencionada. (N. do R. T.)

fendidas apenas com o fervor normal que se espera encontrar em toda a religiosidade sincera, mas (muito naturalmente) com o ardor incomum e, por assim dizer, cavalheiresco, com que um homem defende a honra de sua mãe ou de sua amada. E muito difícil discordar do católico sem, ao mesmo tempo, não parecer a seus olhos um malcriado ou mesmo um herege. Já a crença do protestante a respeito deste assunto desperta sentimentos inerentes às raízes de todo o monoteísmo. Para o protestante radical, a distinção entre o Criador e a criatura (por mais santa que seja) parece ameaçada: o politeísmo renasce. Logo, é difícil discordar do protestante sem parecer a seus olhos algo pior do que um herege — um pagão. Se existe um tema que tem o poder de causar danos a um livro sobre o "cristianismo puro e simples" - se existe um tema que pode tornar absolutamente improdutiva sua leitura para quem ainda não acredita que o filho da Virgem é Deus -, é este.

Curiosamente, você não poderá concluir, a partir do meu silêncio deliberado sobre os temas que suscitam polêmica, se eu os considero importantes ou pouco importantes, pois a questão da importância é em si mesma um dos pontos polêmicos. Uma das coisas sobre as quais os cristãos discordam é a importância de suas discordâncias. Quando dois cristãos de igrejas diferentes

iniciam uma discussão, não demora muito para que um deles pergunte se o ponto em questão "é realmente importante", ao que o outro retruca: "Importante? Como não? É absolutamente essencial!"

Digo tudo isso só para tornar claro que tipo de livro tentei escrever; não, de forma alguma, para ocultar ou tentar fugir à responsabilidade por minhas crenças pessoais. Sobre elas, como já disse antes, não há segredo. Para citar o Tio Toby⁴: "Estão todas no *Livro de Oração Comum*."⁵

O maior perigo, sem dúvida, era o de apresentar como do cristianismo comum algo específico da Igreja Anglicana, ou (pior ainda) de mim mesmo. Preveni-me contra este perigo enviando os originais do atual Livro II a quatro clérigos (um anglicano, um católico, um metodista e outro presbiteriano), pedindo suas opiniões. O clérigo metodista achou que não falei o suficiente sobre a Fé, e o católico achou que fui longe demais ao taxar de relativamente pouco importantes as teorias que explicam a Expição. Fora isso, nós cinco estivemos de acordo. Não submeti os livros restantes a "Veto" porque, neles, apesar de as diferenças entre os cristãos poderem

⁴ *Uncle Toby*, "Tio Toby": o autor faz referência ao personagem do romance *A vida e as opiniões do cavaleiro Tristram Shandy*, de Laurence Sterne (1713-1768), publicado no Brasil pela Companhia das Letras. (N. doT.)

⁵ *Livro de Oração Comum*: livro de orações da Igreja Anglicana. (N. do T.)

aparecer, são somente desavenças entre indivíduos ou escolas, não entre denominações.

A partir das resenhas e das numerosas cartas que recebi, chego à conclusão de que o livro, mesmo que imperfeito em outros aspectos, conseguiu ao menos apresentar um cristianismo consensual, comum, central, ou "simples". Nesse sentido, o livro pode colaborar para refutar a tese segundo a qual, uma vez omitidos os pontos em disputa, restaria do cristianismo apenas um vago e minguido Máximo Divisor Comum. O MDC é, no fim, algo positivo, pleno e tocante, que se distingue das crenças não-cristãs por um abismo ao qual as piores divergências internas da Cristandade não são de modo algum comparáveis. Se não pude promover diretamente a causa da reunificação, talvez ao menos tenha tornado claro por que devemos nos reunir. Sem dúvida encontrei algo do afamado *odium theologicum* da parte de membros convictos de comunhões cristãs diferentes da minha. A hostilidade, no entanto, veio principalmente de pessoas pouco qualificadas, seja de dentro da Igreja Anglicana, seja de fora: homens que, na verdade, não pertencem propriamente a nenhuma comunhão. Isto é curiosamente consolador. E no centro da religião, onde habitam seus mais verdadeiros filhos, que cada comunhão cristã se aproxima das outras em espírito, mesmo que não em

doutrina. Isto sugere que nesse centro existe algo, ou Alguém, que, apesar de todas as divergências de fé, de todas as diferenças de temperamento, de toda uma história de perseguições mútuas, fala com uma só voz. Isso é tudo o que tenho a dizer sobre as omissões doutrinárias. No Livro II, que trata da moral, também deixei que alguns assuntos passassem em branco, mas por outros motivos. Desde que servi na infantaria, durante a Primeira Guerra Mundial, me desagradam as pessoas que, cercadas de segurança e conforto, fazem exortações aos homens na frente de batalha. Do mesmo modo, reluto em falar a respeito de tentações às quais não estou exposto. Nenhum homem, segundo penso, é tentado a cometer todos os pecados. A compulsão pelo jogo, por exemplo, foi deixada de fora da minha constituição; e, sem dúvida, o preço que pago por isso é faltar-me algum bom impulso do qual essa compulsão é o excesso ou a perversão. Logo, não me sinto qualificado para falar sobre o permitido e o proibido nessa questão: não me atrevo nem mesmo a dizer se nela existe o permitido. Também não me pronunciei a respeito do controle de natalidade, pois não sou mulher, não sou nem mesmo um homem casado, nem sou sacerdote. Não caberia a mim emitir opiniões sobre as dores, os perigos e o preço daquilo de que estou protegido. Não exerço nenhuma atividade pastoral que

me obrigue a isso.

Objecções bem mais profundas poderão fazer-se sentir - e foram expressas — a respeito do uso que faço da palavra *cristão*, significando aquele que aceita as doutrinas comuns ao cristianismo. As pessoas me perguntam: "Quem é você para definir quem é e quem não é cristão?" Ou então: "Não é possível que um homem que não consiga crer nessas doutrinas seja muito mais verdadeiramente cristão, esteja muito mais próximo do espírito de Cristo, do que alguns que crêem nelas?" Essa objeção é, de certo modo, muito acertada, muito generosa, espiritual e sensível. Ela pode ter todas as qualidades imagináveis, menos a de ser útil. Simplesmente não podemos, sem causar um desastre, usar a linguagem como esses contestadores querem que a usemos. Tentarei esclarecer o assunto a partir da história do uso de outra palavra, muito menos importante.

Originalmente, a palavra *gentleman* tinha um significado evidente: o gentil-homem exibia um brasão e era senhor de terras. Quando dizíamos que alguém era um *gentleman*, não lhe estávamos fazendo um elogio, mas simplesmente reconhecendo um fato. Se disséssemos de um outro que não era um *gentleman*, não o estaríamos insultando, mas dando uma informação a seu respeito. Não havia contradição alguma em chamar John de men-

tiroso e de *gentleman*, assim como não há em dizer que James é um tolo e um bacharel. Então, certas pessoas começaram a afirmar — com tanta propriedade, generosidade, espiritualidade, sensibilidade; com tudo, enfim, menos com praticidade: "Ah, mas o que faz um *gentleman* não são as terras nem o brasão; é o saber comportar-se. Será que o verdadeiro *gentleman* não é aquele que se porta como tal? Logo, será que Edward não é mais *gentleman* que John?" A intenção dessas pessoas era boa. Ser honrado, cortês e corajoso é, sem dúvida, coisa melhor do que ter um brasão familiar. Porém, não é a mesma coisa. Pior, é uma coisa sobre cuja definição as pessoas jamais chegarão a um acordo. Chamar um homem de *gentleman* segundo esse sentido novo e mais refinado não é, na verdade, uma forma de dar informações a seu respeito, mas sim um modo de elogiá-lo: negar-se a chamá-lo de *gentleman* é simplesmente uma forma de insultá-lo. Quando uma palavra deixa de ter valor descritivo e passa a ser um mero elogio, ela não nos esclarece sobre o objeto, só denota o conceito que o falante tem dele. (Uma "boa" refeição é simplesmente uma refeição que agradou a quem fala.) Um *gentleman*, agora que o velho sentido prosaico e objetivo da palavra deu lugar ao sentido "espiritualizado" e "refinado", quase sempre significa apenas uma pessoa do nosso agrado. O resultado

é que hoje *gentleman* é uma palavra inútil. Já tínhamos no vocabulário palavras suficientes que expressam aprovação; não precisávamos de mais uma. Por outro lado, se alguém quiser utilizar a palavra em seu velho sentido (numa obra histórica, por exemplo), não poderá fazê-lo sem dar explicações. Ela já não serve para *esse* fim.

Ora, se permitirmos que as pessoas comecem a espiritualizar e refinar, ou, como elas diriam, "aprofundar" o sentido da palavra *cristão*, ela também vai rapidamente se tornar inútil. Em primeiro lugar, os próprios cristãos não poderão mais aplicá-la a ninguém. Não cabe a nós dizer quem, no sentido mais profundo, está próximo do espírito de Cristo, pois não temos o dom de sondar os corações humanos. Não nos cabe julgar. Aliás, nos é proibido julgar. Para nós, seria uma maldosa arrogância dizer que um homem é ou não é cristão nesse sentido refinado. E, obviamente, uma palavra que não podemos aplicar não é de grande utilidade. Já os descrentes ficarão exultantes, sem dúvida, de a utilizar neste sentido refinado. Em suas bocas, ela se tornará simplesmente um elogio. Quando chamarem alguém de cristão, estarão somente dizendo que o julgam uma boa pessoa. Este uso da palavra, porém, não enriquecerá a língua, pois já dispomos do adjetivo *bom*. Entrementes, a palavra *cristão* terá sido

destituída da verdadeira utilidade que poderia ter.

Devemos, portanto, ater-nos ao sentido original, e óbvio, da palavra. O nome *cristão* foi empregado pela primeira vez em Antioquia (At 11:26) para designar "os discípulos", os que acataram os ensinamentos dos apóstolos. Não há, pois, por que restringir a palavra somente àqueles que tiraram o máximo proveito da instrução apostólica, nem estendê-la aos que, seguindo o sentido refinado, espiritual e interiorizado, estão "muito mais próximos do espírito de Cristo" do que o menos satisfatório dos discípulos. A questão não é teológica nem moral, mas somente de usar as palavras de forma que todos possamos entender o que elas significam. Quando um sujeito segue uma vida indigna da doutrina cristã que professa, é muito mais claro dizer que se trata de um mau cristão do que chamá-lo de não-cristão.

Espero que nenhum leitor tome o cristianismo "puro e simples" aqui exposto como uma alternativa à profissão de fé das diversas comunhões cristãs existentes — como se um homem pudesse adotá-lo em vez do Congregacionalismo, da Igreja Ortodoxa Grega ou de qualquer outra igreja. O cristianismo "puro e simples" é como um saguão de entrada que se comunica com as diversas peças da casa. Se eu conseguir trazer alguém até esse saguão, terei cumprido o objetivo a que me propus. Porém, é nos cômodos da casa, e não no saguão, que estão a lareira e as cadeiras e são

servidas as refeições. O saguão é uma sala de espera, um lugar a partir do qual se podem abrir as várias portas, e não um lugar de moradia. Para morar, segundo creio, o pior dos cômodos (seja lá qual for) será preferível. E verdade que certas pessoas vão descobrir que terão de esperar no saguão por um tempo considerável, enquanto outras saberão com certeza e imediatamente em qual das portas deverão bater. Eu não conheço o porquê dessa diferença, mas tenho a convicção de que Deus não deixa ninguém à espera a não ser que a julgue benéfica. Quando você chegar ao seu cômodo, descobrirá que a longa espera lhe fez um bem que não seria alcançável por outros meios. Porém, sua estada no saguão deve ser encarada como uma espera, e não como um acampamento. Você deve perseverar na oração, implorando pela luz; e, claro, mesmo que ainda no saguão, deve começar a tentar obedecer às regras comuns a casa inteira. Acima de tudo, deve se perguntar continuamente qual das portas é a verdadeira; não qual delas tem a pintura mais bonita ou possui os melhores ornamentos. Em linguagem clara, a pergunta a ser feita não deve ser: "Será que eu gosto desses rituais?", mas sim: "Serão essas doutrinas verdadeiras? O sagrado mora aqui? Será que minha relutância em bater nesta porta não se deve ao orgulho, ou a um gosto pessoal, ou ao capricho de não simpatizar com o seu guardião?"

Quando você chegar ao seu cômodo, seja bondoso com as pessoas que escolheram outras portas, bem como com as que ainda estão no saguão. Se elas estão no erro, precisam ainda mais de suas preces; e, se forem suas inimigas, você, como cristão, tem o dever de orar por elas. Esta é uma das regras comuns à casa inteira.

Introdução

Este livro deve ser interpretado à luz de seu contexto histórico. Num ato de coragem, seu autor quis contar histórias que curassem os corações num mundo que perdera a sanidade. Em 1942, apenas vinte e quatro anos depois do fim de uma guerra brutal que dizimara uma geração inteira de jovens, a Grã-Bretanha via-se de novo

envolvida numa guerra. Dessa vez, quem sofria mais eram os seus cidadãos comuns, na medida em que a pequena nação insular era bombardeada todas as noites por quatrocentos aviões, na *blitz*⁶ de triste lembrança que mudou a face da guerra, transformando civis em alvos e suas cidades *em fronts* de batalha.

Ainda rapaz, C. S. Lewis serviu nas pavorosas trincheiras da Primeira Guerra Mundial e, em 1940, quando as bombas começaram a cair sobre a Inglaterra, se alistou como oficial da vigilância antiaérea e passou a dar palestras para os soldados da Royal Air Force, homens que sabiam, com quase toda a certeza, que seriam dados como mortos ou desaparecidos depois de apenas treze missões de bombardeio. A situação deles incitou Lewis a falar sobre os problemas do sofrimento, da dor e do mal. Estes trabalhos resultaram no convite da BBC para que ele fizesse uma série de programas de rádio sobre a fé cristã. Ministradas de 1942 a 1944, estas conferências radiofônicas foram mais tarde reunidas no livro que conhecemos hoje como *Cristianismo puro e simples*.

Este livro, portanto, não é feito de especulações filosóficas acadêmicas. E, isto sim, um trabalho de literatura oral dirigido a um povo em guerra. Quão insólito

⁶ As informações sobre a *blitz* e os pilotos da Royal Air Force foram tiradas das seções dos anos 1941 e 1942 do livro *Clive Staples Lewis: A Dramatic Life*, de William Griffin (Holt & Rinehart, 1986).

devia ser ligar o rádio — que a toda hora dava notícias de mortes e de uma destruição indescritível — e ouvir um homem falar, de forma inteligente, bem-humorada e profunda, sobre o comportamento digno e humano, sobre a conduta leal e sobre a importância da distinção entre o certo e o errado. Chamado pela BBC para explicar aos seus conterrâneos no que os cristãos acreditavam, C. S. Lewis lançou-se à tarefa como se ela fosse a coisa mais fácil do mundo, mas também a mais importante.

Mal podemos imaginar o efeito que as metáforas utilizadas no livro tiveram sobre os ouvintes na época. A imagem do mundo como um território ocupado pelo inimigo, invadido por forças malignas que destroem tudo o que é bom, ainda hoje desperta fortes associações. Nossos conceitos de modernidade e de progresso, bem como todos os avanços tecnológicos, não bastaram para dar fim às guerras. O fato de termos declarado obsoleta a noção de pecado não diminuiu o sofrimento humano. E as respostas fáceis - colocar a culpa na tecnologia ou, por que não, nas religiões do mundo - não resolveram o problema. O problema, C. S. Lewis insistia, somos *nós*. A geração ímpia e perversa da qual falavam milhares de anos atrás os salmistas e os profetas é também a nossa, sempre que nos submetemos a males sistêmicos e individuais como se não tivéssemos outra

alternativa.

C. S. Lewis, que certa vez foi descrito por um amigo como um homem apaixonado pela imaginação, acreditava que a aceitação complacente do *status quo* era muito mais do que uma fraqueza inócua. Em *Cristianismo puro e simples*, não menos do que em suas obras de fantasia, como as *Crônicas de Nárnia* ou os romances de ficção científica, Lewis deixa escapar sua crença profunda no poder que a imaginação humana tem de revelar a verdade oculta a respeito de nossa condição e de nos trazer esperança. "O caminho mais longo é o mais curto para chegar em casa"⁷ — tal é a lógica tanto das fábulas quanto da fé.

Falando unicamente com a autoridade da experiência de leigo e ex-ateu, C. S. Lewis disse aos ouvintes na rádio que o motivo pelo qual fora selecionado para a missão de explicar o cristianismo para a nova geração era o de não ser ele um especialista no assunto, mas antes "um amador... e um iniciante, não uma mão calejada"⁸. Confidenciou a amigos que aceitara a tarefa porque acreditava que a Inglaterra, que passara a se considerar como parte de um mundo "pós-cristão", nunca tinha aprendido de fato, em termos simples, em que consistia a

⁷ "The longest way round", citação tirada de *Cristianismo puro e simples*.

⁸ "An amateur", de um colóquio radiofônico levado ao ar em 11 de janeiro de 1942. Citado em *Clive Staples Lewis: A Dramatic Life*.

religião. Assim como Soren Kierkegaard antes dele, e de Dietrich Bonhoeffer, seu contemporâneo, Lewis buscou, em *Cristianismo puro e simples*, nos ajudar a ver a religião com novos olhos, como uma fé radical cujos partidários devem ser comparados a um grupo clandestino agrupado numa zona de guerra, num lugar onde o mal parece predominar, para ouvir mensagens de esperança vindas do lado livre.

O cristianismo "puro e simples" de C. S. Lewis não é uma filosofia nem mesmo uma teologia que deve ser lida, discutida e guardada na estante. É um modo de vida que nos desafia sempre a lembrar, como Lewis disse certa vez, que "não existem pessoas comuns", e que "aqueles de quem fazemos troça, com quem trabalhamos ou nos casamos, os que menosprezamos ou exploramos, são todos imortais"⁹. Quando entramos em sintonia com essa realidade, crê Lewis, nos abrimos para transformar imaginativamente nossas vidas de tal forma que o mal declina e o bem triunfa. É isto que Cristo quis de nós quando tomou para si nossa humanidade, santificou nossa carne e nos pediu em troca que revelássemos Deus uns aos outros.

⁹ "There are no ordinary people", citação tirada de "The Weight of Glory", sermão proferido por Lewis em 8 de junho de 1941.

Se o mundo faz essa tarefa parecer impossível, Lewis insiste em que ela não é. Mesmo alguém que ele vê como "envenenado por uma criação miserável numa casa cheia de ciúmes vulgares e brigas gratuitas"¹⁰ pode estar seguro de que Deus está bem ciente "da máquina grosseira que tenta dirigir", e pede-lhe somente para "ir em frente e fazer o possível". O cristianismo que Lewis comunga é humano, mas não é fácil: ele nos chama a reconhecer que a maior batalha religiosa não se trava num

campo espetacular, mas dentro do coração humano comum, quando, a cada manhã, acordamos e sentimos a pressão do dia a nos afligir e temos de decidir que tipo de imortais queremos ser. Talvez nos sirva de consolo, como serviu ao sofrido povo britânico quando ouviu pela primeira vez estes colóquios, recordar que Deus prega uma peça nos que buscam o poder a qualquer preço. Lewis nos lembra, com seu humor e sua verve costumeira: "Quão monótona é a semelhança que une todos os grandes tiranos e conquistadores; quão gloriosa é a diferença dos santos!"¹¹

KATHLEEN NORRIS

¹⁰ "Poisoned by a wretched upbringing", citação tirada de *Cristianismo puro e simples*.

¹¹ "How monotonously alike", citação tirada de *Cristianismo puro e simples*

CRISTIANISMO PURO E SIMPLES

Livro I

O CERTO E O ERRADO COMO CHAVES PARA A COMPREENSÃO DO SENTIDO DO UNIVERSO

A LEI DA NATUREZA HUMANA

Todo o mundo já viu pessoas discutindo. As vezes, a discussão soa engraçada; em outras, apenas desagradável. Como quer que soe, acredito que podemos aprender algo muito importante ouvindo os tipos de coisas que elas dizem. Dizem, por exemplo: "Você gostaria que fizessem o mesmo com você?"; "Desculpe, *esse* banco é meu, eu sentei aqui primeiro"; "Deixe-o em paz, que ele não lhe está fazendo nada de mal"; "Por que você teve de entrar na frente?"; "Dê-me um pedaço da sua laranja,

pois eu lhe dei um pedaço da minha"; e "Pôxa, você prometeu!" Essas coisas são ditas todos os dias por pessoas cultas e incultas, por adultos e crianças.

O que me interessa em todos estes comentários é que o homem que os faz não está apenas expressando o quanto lhe desagrada o comportamento de seu interlocutor; está também fazendo apelo a um padrão de comportamento que o outro deveria conhecer. E esse outro raramente responde: "Ao inferno com o padrão!" Quase sempre tenta provar que sua atitude não infringiu este padrão, ou que, se infringiu, ele tinha uma desculpa muito especial para agir assim. Alega uma razão especial, em seu caso particular, para não ceder o lugar à pessoa que ocupou o banco primeiro, ou alega que a situação era muito diferente quando ele ganhou aquele gomo de laranja, ou, ainda, que um fato novo o desobriga de cumprir o prometido. Está claro que os envolvidos na discussão conhecem uma lei ou regra de conduta leal, de comportamento digno ou moral, ou como quer que o queiramos chamar, com a qual efetivamente concordam. E eles conhecem essa lei. Se não conhecessem, talvez lutassem como animais ferozes, mas não poderiam "discutir" no sentido humano desta palavra. A intenção da discussão é mostrar que o outro está errado. Não haveria sentido em demonstrá-lo se você e ele não tivessem algum

tipo de consenso sobre o que é certo e o que é errado, da mesma forma que não haveria sentido em marcar a falta de um jogador de futebol sem que houvesse uma concordância prévia sobre as regras do jogo. Ora, essa lei ou regra do certo e do errado era chamada de Lei Natural. Hoje em dia, quando falamos das "leis naturais", quase sempre nos referimos a coisas como a gravitação, a hereditariedade ou as leis da química. Porém, quando os pensadores do passado chamavam a lei do certo e do errado de "Lei Natural", estava implícito que se tratava da Lei da Natureza Humana. A idéia era a seguinte: assim como os corpos são regidos pela lei da gravitação, e os organismos, pelas leis da biologia, assim também a criatura chamada "homem" possui uma lei própria — com a grande diferença de que os corpos não são livres para escolher se vão obedecer à lei da gravitação ou não, ao passo que o homem pode escolher entre obedecer ou desobedecer à Lei da Natureza Humana.

Examinemos a questão sob outro prisma. Todo homem está continuamente sujeito a diversos conjuntos de leis, mas a apenas um ele é livre para desobedecer. Enquanto corpo, ele é regido pela gravitação e não pode desobedecê-la; se ficar suspenso no ar, sem apoio, fatalmente cairá como cairia uma pedra. Enquanto organis-

mo, está sujeito a diversas leis biológicas, às quais, como os animais, não pode desobedecer. Em outras palavras, o homem não pode desobedecer às leis que tem em comum com os outros seres; mas a lei própria da natureza humana, a lei que não é compartilhada nem pelos animais, nem pelos vegetais, nem pelos seres inorgânicos, a esta lei o ser humano pode desobedecer, se assim quiser.

Essa lei era chamada de Lei Natural porque as pessoas pensavam que todos a conheciam naturalmente e não precisavam que outros a ensinassem. Isso, evidentemente, não significava que não se pudesse encontrar, aqui e ali, um indivíduo que a ignorasse, assim como existem indivíduos daltônicos ou desafinados. Considerando a raça humana em geral, no entanto, as pessoas pensavam que a idéia humana de comportamento digno ou decente era óbvia para todos. E acredito que essas pessoas tinham razão. Se assim não fosse, as coisas que dizemos a respeito da guerra não teriam sentido nenhum. Se o Certo não for uma entidade real, que os nazistas, lá no fundo, conhecem tão bem quanto nós e têm o dever de praticar, qual o sentido de dizer que o inimigo está errado? Se eles não têm nenhuma noção daquilo que chamamos de Certo, talvez tivéssemos de combatê-los do mesmo jeito, mas não poderíamos culpá-los pelas suas ações, da mesma

forma que não podemos culpar um homem por ter nascido com os cabelos louros ou castanhos.

Sei que certas pessoas afirmam que a idéia de uma Lei Natural ou lei de dignidade de comportamento, conhecida de todos os homens, não tem fundamento, porque as diversas civilizações e os povos das diversas épocas tiveram doutrinas morais muito diferentes.

Mas isso não é verdade. É certo que existem diferenças entre as doutrinas morais dos diversos povos, mas elas nunca chegaram a constituir algo que se assemelhasse a uma diferença total. Se alguém se der ao trabalho de comparar os ensinamentos morais dos antigos egípcios, dos babilônios, dos hindus, dos chineses, dos gregos e dos romanos, ficará surpreso, isto sim, com o imenso grau de semelhança que eles têm entre si e também com nossos próprios ensinamentos morais. Reuni alguns desses dados concordantes no apêndice que escrevi para um outro livro, chamado *The Abolition of Man* [A abolição do homem]. Porém, para os fins que agora temos em vista, basta perguntar ao leitor como seria uma moralidade totalmente diferente da que conhecemos. Imagine um país que admirasse aquele que foge do campo de batalha, ou em que um homem se

orgulhasse de trair as pessoas que mais lhe fizeram bem. O leitor poderia igualmente imaginar um país em que dois e dois são cinco. Os povos discordaram a respeito de quem são as pessoas com quem você deve ser altruísta - sua família, seus compatriotas ou todo o gênero humano; mas sempre concordaram em que você não deve colocar a si mesmo em primeiro lugar. O egoísmo nunca foi admirado. Os homens divergiram quanto ao número de esposas que podiam ter, se uma ou quatro; mas sempre concordaram em que você não pode simplesmente ter qualquer mulher que lhe apetecer.

O mais extraordinário, porém, é que, sempre que encontramos um homem a afirmar que não acredita na existência do certo e do errado, vemos logo em seguida este mesmo homem mudar de opinião. Ele pode não cumprir a palavra que lhe deu, mas, se você fizer a mesma coisa, ele lhe dirá "Não é justo!" antes que você possa dizer "Cristóvão Colombo". Um país pode dizer que os tratados de nada valem; porém, no momento seguinte, porá sua causa a perder afirmando que o tratado específico que pretende romper não é um tratado justo. Se os tratados de nada valem, se não existe um certo e um errado - em outras palavras, se não existe uma Lei Natural —, qual a diferença entre

um tratado justo e um injusto? Será que, agindo assim, eles não deixam o rabo à mostra e demonstram que, digam o que disserem, conhecem a Lei Natural tanto quanto qualquer outra pessoa? Parece, portanto, que só nos resta aceitar a existência de um certo e um errado. As pessoas podem volta e meia se enganar a respeito deles, da mesma forma que às vezes erram numa soma; mas a existência de ambos não depende de gostos pessoais ou de opiniões, da mesma forma que um cálculo errado não invalida a tabuada. Se concordamos com estas premissas, posso passar à seguinte: nenhum de nós realmente segue à risca a Lei Natural. Se existir uma exceção entre os leitores, me desculpo. Será mais proveitoso que essa pessoa leia outro livro, pois nada do que vou falar lhe diz respeito. Feita a ressalva, volto aos leitores comuns.

Espero que vocês não se irriteem com o que vou dizer. Não estou fazendo uma pregação, e Deus sabe que não pretendo ser melhor do que ninguém. Só estou tentando chamar a atenção para um fato: o de que, neste ano, neste mês ou, com maior probabilidade, hoje mesmo, todos nós deixamos de praticar a conduta que gostaríamos que os outros tivessem em relação a nós. Podemos apresentar mil e uma desculpas por termos agido

assim. Você se impacientou com as crianças porque estava cansado; não foi muito correto naquela questão de dinheiro - questão que já quase fugiu da memória - porque estava com problemas financeiros; e aquilo que prometeu para fulano ou sicrano, ah!, nunca teria prometido se soubesse como estaria ocupado nos últimos dias. Quanto a seu modo de tratar a esposa (ou o marido), a irmã (ou o irmão) - se eu soubesse o quanto eles são irritantes, não me surpreenderia; e, afinal de contas, quem sou eu para me intrometer? Não sou diferente. Ou seja, nem sempre consigo cumprir a Lei Natural, e, quando alguém me adverte de que a descumpri, me vem à cabeça um rosário de desculpas que dá várias voltas ao redor do pescoço. A pergunta que devemos fazer não é se essas desculpas são boas ou más. O que importa é que elas dão prova da nossa profunda crença na Lei Natural, quer tenhamos consciência de acreditar nela, quer não. Se não acreditássemos na boa conduta, por que a ânsia de encontrar justificativas para qualquer deslize? A verdade é que acreditamos a tal ponto na decência e na dignidade, e sentimos com tanta força a pressão da Soberania da Lei, que não temos coragem de encarar o fato de que a transgredimos. Logo, tentamos transferir para os outros a responsabilidade pela transgressão.

Perceba que é só para o mau comportamento que nos damos ao trabalho de encontrar tantas explicações. São somente as fraquezas que procuramos justificar pelo cansaço, pela preocupação ou pela fome. Nossas boas qualidades, atribuímo-las a nós mesmos.

São essas, pois, as duas idéias centrais que pretendia expor. Primeiro, a de que os seres humanos, em todas as regiões da Terra, possuem a singular noção de que devem comportar-se de uma certa maneira, e, por mais que tentem, não conseguem se livrar dessa noção. Segundo, que na prática não se comportam dessa maneira. Os homens conhecem a Lei Natural e transgridem-na. Esses dois fatos são o fundamento de todo pensamento claro a respeito de nós mesmos e do universo em que vivemos.

ALGUMAS OBJEÇÕES

Se essas duas idéias são nosso fundamento, é melhor que eu deixe esse fundamento bem firme antes de seguir em frente. Algumas das cartas que recebi mostram que um grande número de pessoas tem dificuldade para compreender o que significa essa Lei da Natureza Humana, ou Lei Moral, ou Regra de Bom Comportamento.

Certas pessoas, por exemplo, me escreveram perguntando: "Isso que você chama de Lei Moral não é simplesmente o nosso instinto gregário? Será que ele não se desenvolveu como todos os nossos outros instintos?" Não vou negar que possuímos esse instinto, mas não é a ele que me refiro quando falo em Lei Moral. Todos nós sabemos o que é ser movido pelo instinto - pelo amor materno, o instinto sexual ou o instinto da alimentação: sentimos o forte desejo ou impulso de agir de determinada maneira. E é claro que, às vezes, sentimos o desejo intenso de ajudar outra pessoa. Isso se deve, sem dúvida, ao instinto gregário. No entanto, sentir o desejo intenso de ajudar é bem diferente de sentir a obrigação imperiosa de ajudar, quer o queiramos, quer não. Suponhamos que você ouça o grito de socorro de um homem em perigo. Provavelmente sentirá dois desejos: o de prestar socorro (que se deve ao instinto gregário) e o de fugir do perigo (que se deve ao instinto de auto-

preservação). Mas você encontrará dentro de si, além desses dois impulsos, um terceiro elemento, que lhe mandará seguir o impulso da ajuda e suprimir o impulso da fuga. Esse elemento, que põe na balança os dois instintos e decide qual deles deve ser seguido, não pode ser nenhum dos dois. Você poderia pensar também que a partitura musical, que lhe manda, num determinado momento, tocar tal nota no piano e não outra, é equivalente a uma das notas no teclado. A Lei Moral nos informa da melodia a ser tocada; nossos instintos são meras teclas.

Há outra maneira de perceber que a Lei Moral não é simplesmente um de nossos instintos. Se existe um conflito entre dois instintos e, na mente dessa criatura, não há mais nada além desses instintos, é óbvio que o instinto mais forte tem de prevalecer. Porém, nos momentos em que enxergamos a Lei Moral com maior clareza, ela geralmente nos aconselha a escolher o impulso mais fraco. Provavelmente, seu *desejo* de ficar a salvo é maior do que o desejo de ajudar o homem que se afoga, mas a Lei Moral lhe manda ajudá-lo, apesar dos pesares. E, em geral, ela nos manda tomar o impulso correto e tentar torná-lo mais forte do que originalmente era - não é mesmo? Ou seja, sentimos que temos o dever de estimular nosso instinto gregário, por exemplo,

despertando a imaginação e estimulando a piedade, entre outras coisas, para termos força para agir corretamente na hora certa. E evidente, porém, que, no momento em que decidimos tornar mais forte um instinto, nossa ação não é *instintiva*. Aquilo que lhe diz: "Seu instinto está adormecido, desperte-o!", não pode ser *o próprio* instinto. O que lhe manda tocar tal nota no piano não pode ser a própria nota.

Há ainda uma terceira maneira de ver a Lei Moral. Se ela fosse um de nossos instintos, seríamos capazes de identificar dentro de nós um impulso que sempre pudessemos chamar de "bom" segundo a regra da boa conduta. Mas isso não acontece. Não existe nenhum impulso que às vezes a Lei Moral não nos aconselhe a inibir, nem outro que ela não nos encoraje a praticar de vez em quando. E um erro achar que alguns de nossos impulsos, como o amor materno e o patriotismo, são bons, e outros, como o instinto sexual e a agressividade, são maus. Tudo o que queremos dizer é que existem mais situações em que o instinto de luta e o desejo sexual devem ser contidos do que situações em que devemos conter o amor materno e o patriotismo. No entanto, em certas ocasiões, é dever do homem casado encorajar seu impulso sexual, e do soldado fomentar sua agressividade.

Existem também oportunidades em que a mãe deve re-frear o amor pelo filho, ou um homem deve conter o amor por seu país, para que não cometam injustiça contra outras crianças ou outros países. A rigor, não existem impulsos bons e impulsos maus. Voltemos ao piano. Não há nele dois tipos de notas, as "certas" e as "erradas". Cada uma das notas é certa para uma determinada ocasião e errada para outra. A Lei Moral não é um instinto particular ou um conjunto de instintos; é como um maestro que, regendo os instintos, define a melodia que chamamos de bondade ou boa conduta.

Este tema, aliás, tem grandes conseqüências práticas. A coisa mais perigosa que podemos fazer é tomar um certo impulso de nossa natureza como critério a ser seguido custe o que custar. Não existe um único impulso que, erigido em padrão absoluto, não tenha o poder de nos transformar em demônios. Talvez você pense que o amor pela humanidade em geral é livre de perigos, mas isso não é verdade. Se deixarmos de lado o senso de justiça, logo estaremos violando acordos e falsificando provas judiciais em prol do "bem da humanidade". Teremos então nos tornado homens cruéis e desleais.

Outras pessoas me escreveram perguntando: "Isso que você chama de Lei Moral não é somente uma convenção social, algo que nos foi inculcado pela nossa edu-

cação?" Acredito que essas pessoas incorrem num mal-entendido. Elas tomam por pressuposto que, se aprendemos alguma regra de nossos pais e professores, essa regra é uma simples invenção humana. Mas é evidente que isso não é verdade. Todos aprendemos a tabuada na escola. Uma criança que crescesse sozinha numa ilha deserta não a aprenderia. Mas salta à vista que a tabuada não é apenas uma convenção humana, algo que os seres humanos fizeram para si e que poderiam ter feito diferente se assim quisessem. Concordo plenamente que aprendemos a Regra de Boa Conduta dos pais e professores, dos amigos e dos livros, assim como aprendemos todas as outras coisas. Porém, certas coisas que aprendemos são meras convenções que poderiam ser diferentes - aprendemos a manter-nos à direita na estrada, mas a regra poderia ser manter-se à esquerda —, e outras coisas, como a matemática, são verdades. A pergunta a ser feita é a qual das duas classes pertence a Lei da Natureza Humana.

Há duas razões para afirmar que ela pertence à mesma classe que a da matemática. A primeira, expressa no primeiro capítulo, é que, apesar de haver diferenças entre as idéias morais de certa época ou país e as de outros tempos ou lugares, essas diferenças, na realidade, não são muito grandes — nem de longe são

tão importantes quanto a maioria das pessoas imagina —, e, assim, podemos reconhecer a mesma lei dentro de todas elas; ao passo que as meras convenções, como o sentido do trânsito ou os tipos de vestimenta, diferem largamente. A segunda razão é a seguinte: quando você considera as diferenças morais entre um povo e outro, não pensa que a moral de um dos dois é sempre melhor ou pior que a do outro? Será que as mudanças que se constataam entre elas não foram mudanças para melhor? Caso a resposta seja negativa, então está claro que nunca houve um progresso moral. O progresso não significa apenas uma mudança, mas uma mudança para melhor. Se um conjunto de idéias morais não fosse melhor do que outro, não haveria sentido em preferir a moral civilizada à moral bárbara, ou a moral crista à moral nazista. É ponto pacífico que a moralidade de alguns povos é melhor que a de outros. Acreditamos também que certas pessoas que tentaram mudar os conceitos morais de sua época foram o que chamaríamos de Reformadores ou Pioneiros — pessoas que entenderam melhor a moral do que seus contemporâneos. Pois muito bem. No momento em que você diz que um conjunto de idéias morais é

superior a outro, está, na verdade, medindo-os ambos segundo um padrão e afirmando que um deles é mais conforme a esse padrão que o outro. O padrão que os mede, no entanto, difere de ambos. Você está, na realidade, comparando as duas coisas com uma Moral Verdadeira e admitindo que existe algo que se pode chamar de O Certo, independentemente do que as pessoas pensam; e está admitindo que as idéias de alguns povos se aproximaram mais desse Certo que as idéias de outros povos. Ou, em outras palavras: se as suas noções morais são mais verdadeiras que as dos nazistas, deve existir algo - uma Moral Verdadeira — que seja o objeto a que essa verdade se refere. A razão pela qual sua concepção de Nova York pode ser mais verdadeira ou mais falsa que a minha é que Nova York é um lugar real, cuja existência independe do que eu ou você pensamos a seu respeito. Se, quando mencionássemos Nova York, tudo o que pensássemos fosse "a cidade que existe na minha cabeça", como é que um de nós poderia estar mais próximo da verdade do que o outro? Não haveria medida de verdade ou de falsidade. Do mesmo modo, se a Regra da Boa Conduta significasse simplesmente "tudo que cada povo aprova", não haveria sentido em dizer que uma nação está mais

correta do que a outra, nem que o mundo se torna moralmente melhor ou pior.

Concluo, portanto, que, apesar de as diferenças de idéias a respeito da Boa Conduta nos levarem a suspeitar de que não existe uma verdadeira Lei de Conduta natural, as coisas que estamos naturalmente propensos a pensar provam justamente o contrário. Algumas palavras antes de terminar: conheci pessoas que exageraram essas diferenças, por terem confundido as diferenças morais com as meras diferenças de crença a respeito dos fatos. Por exemplo, um homem me perguntou certa vez: "Trezentos anos atrás, as bruxas na Inglaterra eram queimadas na fogueira. E isso que você chama de Regra da Natureza Humana ou de Boa Conduta?" Mas é claro que a razão pela qual não se executam mais bruxas hoje em dia é que não acreditamos que elas existam. Se acreditássemos — se realmente pensássemos que existem pessoas entre nós que venderam a alma para o diabo, receberam em troca poderes sobrenaturais e usaram esses poderes para matar ou enlouquecer os vizinhos, ou para provocar calamidades naturais -, certamente concordaríamos que, se alguém merecesse a pena de morte, seriam essas sórdidas traidoras. Não há aqui uma diferença de princípios morais, apenas de enfoque dos fatos. Pode ser

que o fato de não acreditarmos em bruxas seja um grande avanço do conhecimento, mas não existe avanço moral algum em deixar de executá-las quando pensamos que elas não existem. Não consideraríamos misericordioso um homem que não armasse ratoeiras por não acreditar que houvesse ratos na casa.

A REALIDADE DA LEI

Volto agora ao que disse no final do primeiro capítulo: que a raça humana tem duas características curiosas. Em primeiro lugar, que os homens são assombrados pela idéia de um padrão de comportamento que se sentem obrigados a pôr em prática, o qual se poderia chamar de conduta leal, decência, moralidade ou Lei Natural.

Em segundo lugar, que eles não o põem em prática. Alguns de vocês podem se perguntar por que razão chamei de "curioso" isso que pode lhes parecer a coisa mais natural do mundo. Em especial, talvez vocês me tenham achado muito duro com a humanidade; afinal de contas, aquilo que chamei de transgressão da Lei do Certo e do Errado, ou da Lei Natural, significa somente que ninguém é perfeito. E por que, ó céus, esperaria eu o contrário? Essa seria uma boa resposta se tudo o que eu pretendesse fosse medir numa balança a culpa exata que cabe a cada um de nós por não nos termos portado como queremos que os outros se portem. Não é essa, porém, a tarefa que me propus. Nesta investigação, não estou preocupado com a culpa; estou tentando descobrir a Verdade. Desse ponto de vista, a própria idéia de imperfeição, de algo que não é o que deveria ser, tem suas conseqüências.

Se considerarmos um ente como uma pedra ou uma árvore, ele é o que é e não há sentido em dizer que deveria ser de outro jeito. E claro que podemos dizer que a pedra tem "a forma errada" se pretendemos usá-la para uma construção, ou que uma árvore não é boa porque não faz sombra suficiente. Porém, isso significa tão-somente que a pedra ou a árvore não se prestam ao uso

que queremos fazer delas; não as culpamos de terem tais ou quais características, a não ser como piada. Temos consciência de que, dado um determinado clima e tipo de solo, a árvore não poderia ser em nada diferente do que é. A árvore que, de nosso ponto de vista, chamamos de "má" obedece às leis de sua natureza tanto quanto a que chamamos de "boa".

Vocês vêm aonde quero chegar? É que o que nós costumamos chamar de leis naturais - o modo pelo qual o clima age sobre a planta, por exemplo - não são *leis* no sentido estrito da palavra. Essa é só uma maneira de dizer. Quando afirmamos que uma pedra obedece à lei da gravidade, isso não é, por acaso, o mesmo que dizer que essa lei significa apenas "o que a pedra sempre faz"? Não pensamos realmente que a pedra, quando é solta, subitamente se lembra de que tem o dever de cair. Tudo o que queremos dizer é que ela, de fato, cai. Em outras palavras, não podemos ter certeza de que exista algo superior aos fatos mesmos, uma lei que determine o que deve acontecer e que seja diferente do que efetivamente acontece. As leis da natureza, quando aplicadas às árvores ou pedras, podem significar apenas "o que a Natureza efetivamente faz". Mas, se nos voltarmos para a Lei da Natureza Humana, ou Lei da Boa Conduta, a

história é outra. E ponto pacífico que ela não significa "o que os seres humanos efetivamente fazem", já que, como eu disse antes, muitos deles não obedecem em absoluto a essa lei, e nenhum deles a observa integralmente. A lei da gravidade nos diz o que a pedra faz quando cai; já a Lei da Natureza Humana nos diz o que os seres humanos deveriam fazer e não fazem. Ou seja, quando tratamos de seres humanos, existe algo além e acima dos fatos. Existem os fatos (como os homens se comportam) e também uma outra coisa (como deveriam se comportar). No resto do universo, não há necessidade de outra coisa que não os fatos. Elétrons e moléculas comportam-se de determinada maneira e disso decorrem certos resultados, e talvez o assunto pare aí¹². *Os* homens, no entanto, comportam-se de determinada maneira e o assunto não pára aí, já que estamos sempre conscientes de que o comportamento deles deveria ser diferente.

Isso é tão singular que ficamos tentados a nos enganar com falsas explicações. Podemos, por exemplo, afirmar que, quando você diz que um homem não deveria fazer o que fez, quer dizer a mesma coisa quando assevera que a pedra tem a forma errada: ou seja, que

¹² Não acredito que "o assunto pare aí", como você verá mais adiante. Só quis dizer que, a se levar em conta somente os argumentos dados até aqui, pode ser que pare

a atitude dele é inconveniente para você. Mas isso é simplesmente falso. Um homem que chega primeiro no trem e ocupa um bom assento é tão inconveniente quanto um homem que tira minha mala do assento e o ocupa sorrateiramente enquanto estou de costas. Porém, não culpo o primeiro homem, mas culpo o segundo. Não fico bravo - exceto talvez por um breve momento, até recuperar a razão - com uma pessoa que por acidente me faz tropeçar, mas fico bravo com alguém que tenta me fazer tropeçar de propósito, mesmo que não consiga. Porém, foi a primeira pessoa que efetivamente me machucou, e não a segunda. Às vezes, o comportamento que julgo mau não é inconveniente para mim de modo algum, muito pelo contrário. Na guerra, cada um dos lados beligerantes achará muito útil um traidor do lado oposto; porém, apesar de usá-lo e de recompensá-lo pelos serviços prestados, o considerará um verme em forma humana. Assim, não podemos dizer que o que chamamos de boa conduta alheia é simplesmente a conduta que nos é útil. E, quanto à nossa boa conduta, parece-me óbvio que não se trata da que nos traz vantagens. Trata-se, isto sim, de ficar contente com 30 xelins quando poderíamos ter ganho três libras; de fazer o dever de casa honestamente quando poderíamos copiar o do vizinho; de respeitar uma

moça quando gostaríamos de ir para a cama com ela; de não nos afastar de um posto perigoso quando poderíamos escapar para um lugar mais seguro; de manter a palavra quando preferiríamos faltar com ela; de falar a verdade mesmo que assim pareçamos idiotas perante os outros.

Certas pessoas dizem que, apesar de a boa conduta não ser o que traz vantagens para cada pessoa individualmente, pode significar o que traz vantagens para a humanidade como um todo; e, portanto, a coisa não seria tão misteriosa. Os seres humanos, no fim das contas, possuem algum bom senso; percebem que a segurança e a felicidade só são possíveis numa sociedade em que cada qual age com lealdade, e é por perceber isso que tentam conduzir-se com decência. Ora, é perfeitamente verdadeira a idéia de que a segurança e a felicidade só podem vir quando os indivíduos, as classes sociais e os países são honestos, justos e bons uns com os outros. É uma das verdades mais importantes do mundo. Ela só não consegue explicar por que temos tais e tais sentimentos diante do Certo e do Errado. Se eu perguntar: "Por que devo ser altruísta?", e você responder: "Porque isso é bom para a sociedade", poderei retrucar: "Por que devo me importar com o que é bom para a sociedade se isso não *me traz* vantagens pessoais?", ao que

— você terá de responder: "Porque você deve ser altruísta" — o que nos leva de volta ao ponto de partida. O que você diz é verdade, mas não nos faz avançar. Se um homem pergunta o motivo de se jogar futebol, de nada adianta responder que é "fazer gols", pois tentar fazer gols é o próprio jogo, e não o motivo pelo qual o jogamos. No final, estamos dizendo somente que "futebol é futebol" - o que é verdade, mas não precisa ser dito. Da mesma forma, se uma pessoa pergunta o motivo de se agir com decência, não vale a pena responder "para o bem da sociedade", pois tentar beneficiar a sociedade, ou, em outras palavras, ser altruísta (pois "sociedade", no fim das contas, significa apenas "as outras pessoas"), é um dos elementos da decência. Tudo o que se estará dizendo é que uma conduta decente é uma conduta decente. Teríamos dito a mesma coisa se tivéssemos parado na declaração de que "As pessoas devem ser altruístas". E é nesse ponto que eu paro. Os homens devem ser altruístas, devem ser justos. Não que os homens sejam altruístas ou gostem de sê-lo, mas que devem sê-lo. A Lei Moral, ou Lei da Natureza Humana, não é simplesmente um fato a respeito do comportamento humano, como a Lei da Gravidade é ou pode ser simplesmente um fato a respeito do

comportamento dos objetos pesados. Por outro lado, não é mera fantasia, pois não conseguimos nos desvencilhar dessa idéia; se conseguíssemos, a maior parte das coisas que dizemos sobre os homens seria absurda. Ela também não é uma simples declaração de como gostaríamos que os homens se comportassem para a nossa conveniência, pois o comportamento que taxamos de mau ou injusto nem sempre é inconveniente, e, muitas vezes, é exatamente o contrário. Conseqüentemente, essa Regra do Certo e do Errado, ou Lei da Natureza Humana, ou como quer que você queira chamá-la, deve ser uma Verdade - uma coisa que existe realmente, e não uma invenção humana. E, no entanto, não é um fato no mesmo sentido em que o comportamento efetivo das pessoas é um fato. Começa a ficar claro que teremos de admitir a existência de mais de um plano de realidade; e que, neste caso em particular, existe algo que está além e acima dos fatos comuns do comportamento humano, algo que no entanto é perfeitamente real - uma lei verdadeira, que nenhum de nós elaborou, mas que nos sentimos obrigados a cumprir.

O QUE EXISTE POR TRÁS DA LEI

Vamos fazer um resumo de tudo o que vimos até aqui. No caso das pedras, das árvores e de coisas dessa natureza, o que chamamos de Lei Natural pode não ser nada além de uma força de expressão. Quando você diz que a natureza é governada por certas leis, quer dizer apenas que a natureza, de fato, se comporta de certa forma. As chamadas "leis" talvez não tenham realidade própria, talvez não estejam além e acima dos fatos que podemos observar. No caso do homem, porém, percebemos que as coisas não são bem assim. A Lei da Natureza Humana, ou Lei do Certo e do Errado, é algo que transcende os fatos do comportamento humano. Neste caso, além

dos fatos em si, existe outra coisa - uma verdadeira lei que não inventamos e à qual sabemos que devemos obedecer.

Quero considerar agora o que isso nos diz sobre o universo em que vivemos. Desde que o homem se tornou capaz de pensar, ele se pergunta no que consiste o universo e como ele veio a existir. *Grosso modo*, dois pontos de vista foram sustentados. O primeiro deles é o que chamamos de materialista. Quem o adota afirma que a matéria e o espaço simplesmente existem e sempre existiram, ninguém sabe por quê. A matéria, que se comporta de formas fixas, veio, por algum acidente, a produzir criaturas como nós, criaturas capazes de pensar. Numa chance em mil, um corpo se chocou contra o sol e gerou os planetas. Por outra chance infinitesimal, as substâncias químicas necessárias à vida e a temperatura correta se fizeram presentes num desses planetas, e, assim, uma parte da matéria desse planeta ganhou vida. Depois, por uma longuíssima série de coincidências, as criaturas viventes se desenvolveram até se tornarem seres como nós. O outro ponto de vista é o religioso¹³.

¹³ Ver a Nota ao fim do capítulo.

Segundo ele, o que existe por trás do universo se assemelha mais a uma mente que a qualquer outra coisa conhecida. Ou seja, é algo consciente e dotado de objetivos e preferências. De acordo com essa visão, esse ser criou o universo. Alguns dos seus desígnios são ocultos, enquanto outros são bastante claros: produzir criaturas semelhantes a si mesmo - quero dizer, semelhantes na medida em possuem mentes. Por favor, não pensem que um destes pontos de vista era sustentado há muito tempo e aos poucos foi cedendo lugar ao outro. Onde quer que tenha havido homens pensantes, os dois pontos de vista sempre apareceram de uma forma ou de outra. Notem também que, para saber qual deles é o correto, não podemos apelar à ciência no sentido comum dessa palavra. A ciência funciona a partir da experiência e observa como as coisas se comportam. Todo enunciado científico, por mais complicado que pareça à primeira vista, na verdade significa algo como "apontei o telescópio para tal parte do céu às 2h20min do dia 15 de janeiro e vi tal e tal fenômeno", ou "coloquei um pouco deste material num recipiente, aqueci-o a uma temperatura X e tal coisa aconteceu". Não pensem que eu esteja desmerecendo a ciência; estou apenas mostrando para que ela serve. Quanto mais sério for o homem de

ciência, mais (no meu entender) ele concordará comigo quanto ao papel dela - papel, aliás, extremamente útil e necessário. Agora, perguntas como "Por que algo veio a existir?" e "Será que existe algo - algo de outra espécie - por trás das coisas que a ciência observa?" não são perguntas científicas. Se existe "algo por trás", ou ele há de manter-se totalmente desconhecido para o homem ou far-se-á revelar por outros meios. A ciência não pode dizer nem que esse ser existe nem que não existe, e os verdadeiros cientistas geralmente não fazem essas declarações. São quase sempre jornalistas e romancistas de sucesso que as produzem a partir de informações coletadas em manuais de ciência popular e assimiladas de maneira imperfeita. Afinal de contas, tudo não passa de uma questão de bom senso. Suponha que a ciência algum dia se tornasse completa, tendo o conhecimento total de cada mínimo detalhe do universo. Não é óbvio que perguntas como "Por que existe um universo?", "Por que ele continua existindo?" e "Qual o significado de sua existência?" continuariam intactas?

Deveríamos perder as esperanças, não fosse por um detalhe. No universo inteiro, existe uma coisa, e somente uma, que nós conhecemos melhor do que

conheceríamos se contássemos somente com a observação externa. Essa coisa é o Ser Humano. Nós não nos limitamos a observar o ser humano, nós *somos* seres humanos. Nesse caso, podemos dizer que as informações que possuímos vêm "de dentro". Estamos a par do assunto. Por causa disto, sabemos que os seres humanos estão sujeitos a uma lei moral que não foi criada por eles, que não conseguem tirar do seu horizonte mesmo quando tentam e à qual sabem que devem obedecer. Alguém que estudasse o homem "de fora", da maneira como estudamos a eletricidade ou os repolhos, sem conhecer a nossa língua e, portanto, impossibilitado de obter conhecimento do nosso interior, não teria a mais vaga idéia da existência desta lei moral a partir da observação de nossos atos. Como poderia ter? Suas observações se resumiriam ao que fazemos, ao passo que essa lei diz respeito ao que deveríamos fazer. Do mesmo modo, se existe algo acima ou por trás dos fatos observados sobre as pedras ou sobre o clima, nós, estudando-os de fora, não temos a menor esperança de descobrir o que ele é.

A natureza da questão é a seguinte: queremos saber se o universo simplesmente é o que é, sem nenhuma razão especial, ou se existe por trás dele um poder que

o produziu tal como o conhecemos, Uma vez que esse poder, se ele existe, não seria um dos fatos observados, mas a realidade que os produziu, a mera observação dos fenômenos não pode encontrá-lo. Existe apenas um caso no qual podemos saber se esse "algo mais" existe; a saber, o nosso caso. E, nesse caso, constatamos que existe. Ou examinemos a questão de outro ângulo. Se existisse um poder exterior que controlasse o universo, ele não poderia se revelar para nós como um dos fatos do próprio universo - da mesma forma que o arquiteto de uma casa não pode ser uma de suas escadas, paredes ou lareira. A única maneira pela qual podemos esperar que esta força se manifeste é dentro de nós mesmos, como uma influência ou voz de comando que tente nos levar a adotar uma determinada conduta. E justamente isso que descobrimos dentro de nós. Já não deveríamos ficar com a pulga atrás da orelha? No único caso em que podemos encontrar uma resposta, ela é positiva; nos outros, em que não há respostas, entendemos por que não podemos encontrá-las. Suponha que alguém me perguntasse, acerca de um homem de uniforme azul que passa de casa em casa depositando envelopes de papel em cada uma delas, por que, afinal, eu concluo que dentro dos envelopes existem cartas. Eu responderia: "Porque sempre que ele deixa envelopes parecidos na minha casa,

dentro deles há uma carta para mim." Se o interlocutor objetasse: "Mas você nunca viu as cartas que supõe que as outras pessoas recebam", eu diria: "E claro que não, e nem quero vê-las, porque não foram endereçadas a mim. Eu imagino o conteúdo dos envelopes que não posso abrir pelo dos envelopes que posso." O mesmo se dá aqui. O único envelope que posso abrir é o Ser Humano. Quando o faço, e especialmente quando abro o Ser Humano chamado "Eu", descubro que não existo por mim mesmo, mas que vivo sob uma lei, que algo ou alguém quer que eu me comporte de determinada forma. E claro que não acho que, se pudesse entrar na existência de uma pedra ou de uma árvore, encontraria exatamente a mesma coisa, assim como não acho que as pessoas da minha rua recebam exatamente as mesmas cartas que eu. Devo concluir que a pedra, por exemplo, tem de obedecer à lei da gravidade - que, enquanto o missivista se limita a aconselhar-me a obedecer à lei da minha natureza, ele obriga a pedra a obedecer às leis de sua natureza pétrea. O que não consigo negar é que, em ambos os casos, existe, por assim dizer, esse missivista, um Poder por trás dos fatos, um Diretor, um Guia.

Não pense que estou indo mais rápido do que estou na realidade. Ainda não estou nem perto do Deus da teologia cristã. Tudo o que obtive até aqui é a evidên-

cia de Algo que dirige o universo e que se manifesta em mim como uma lei que me incita a praticar o certo e me faz sentir incomodado e responsável pelos meus erros. Segundo me parece, temos de supor que esse Algo é mais parecido com uma mente do que com qualquer outra coisa conhecida — porque, afinal de contas, a única outra coisa que conhecemos é a matéria, e ninguém jamais viu um pedaço de matéria dar instruções a alguém. E claro, porém, que não precisa ser muito parecido com uma mente, muito menos com uma pessoa. No próximo capítulo, vamos tentar descobrir mais a seu respeito. Apenas uma advertência. Houve muita conversa fajuta a respeito de Deus nos últimos cem anos, e não é isso que tenho a oferecer. Esqueça tudo o que ouviu.

NOTA:

Para manter esta seção curta o suficiente para ir ao ar, só mencionei os pontos de vista materialista e religioso. Para completar o quadro, tenho de mencionar o ponto de vista intermediário entre os dois, a chamada filosofia da Força Vital, ou Evolução Criativa, ou Evolução Emergente, cuja exposição

mais brilhante e arguta encontra-se nas obras de Bernard Shaw, ao passo que a mais profunda, nas de Bergson. Seus defensores dizem que as pequenas variações pelas quais a vida neste planeta "evoluiu" das formas mais simples à forma humana não ocorreram em virtude do acaso, mas sim pelo "esforço" e pela "intenção" de uma Força Vital. Quando fazem tais afirmações, devemos perguntar se, por Força Vital, essas pessoas entendem algo semelhante a uma mente ou não. Se for semelhante, "uma mente que traz a vida à existência e a conduz à perfeição" não é outra coisa senão Deus, e seu ponto de vista é idêntico ao religioso. Se não for semelhante, qual o sentido, então, de dizer que algo sem mente faça um "esforço" e tenha uma "intenção"? Este argumento me parece fatal para *esse* ponto de vista. Uma das razões pelas quais as pessoas julgam a Evolução Criativa tão atraente é que ela dá o consolo emocional da crença em Deus sem impor as conseqüências desagradáveis desta. Quando nos sentimos ótimos e o sol brilha lá fora, e não queremos acreditar que o universo inteiro se reduz a uma dança mecânica de átomos, é reconfortante pensar nessa gigantesca e misteriosa Força evoluindo pelos

séculos e nos carregando em sua crista. Se, por outro lado, queremos fazer algo escuso, a Força Vital, que não passa de uma força cega, sem moral e sem discernimento, nunca vai nos atrapalhar como fazia o aborrecido Deus que nos foi ensinado quando éramos crianças. A Força Vital é como um deus domesticado. Você pode tirá-lo de dentro da caixa sempre que quiser, mas ele não vai incomodá-lo em ocasião alguma — todas as coisas boas da religião sem custo nenhum. Não será a Força Vital a maior invenção da fantasia humana que o mundo jamais viu?

TEMOS MOTIVOS PARA NOS SENTIR INQUIETOS

Encerrei o último capítulo com a noção de que, na Lei Moral, entramos em contato com algo, ou

alguém, acima do universo material. Acho que alguns leitores sentiram um certo desconforto quando cheguei a esse ponto, e pensaram, inclusive, que eu lhes preguei uma peça, embalando cuidadosamente no papel de embrulho da filosofia algo que não passa de mais uma "conversa fiada sobre religião". Talvez você estivesse disposto a me ouvir se eu tivesse novidades para contar; se, porém, tudo se resume à religião, bem, o mundo já experimentou *esse* caminho e não podemos voltar no tempo. Tenho três coisas a dizer para quem estiver se sentindo assim.

A primeira delas é a respeito de "voltar no tempo". Você pensaria que estou brincando se dissesse que podemos atrasar o relógio e que, se o relógio está errado, é essa a coisa sensata a fazer? Prefiro, entretanto, deixar de lado essa comparação com relógios. Todos nós queremos o progresso. Progredir, porém, é aproximarmo-nos do lugar aonde queremos chegar. Se você tomou o caminho errado, não vai chegar mais perto do objetivo se seguir em frente. Para quem está na estrada errada, progredir é dar meia-volta e retornar à direção correta; nesse caso, a pessoa que der meia-volta mais cedo será a mais avançada. Todos já tivemos essa experiência com as contas de aritmética.

Quando erramos uma soma desde o início, sabemos que, quanto antes admitirmos o engano e voltarmos ao começo, tanto antes chegaremos à resposta correta. Não há nada de progressista em ser um cabeça-dura que se recusa a admitir o erro. Penso que, se examinarmos o estado atual do mundo, é bastante óbvio que a humanidade cometeu algum grande erro. Tomamos o caminho errado. Se assim for, devemos dar meia-volta. Voltar é o caminho mais rápido.

A segunda coisa a dizer é que estas palestras ainda não tomaram o rumo de uma "conversa fiada sobre religião". Não chegamos ainda no Deus de nenhuma religião verdadeira, muito menos no Deus dessa religião específica chamada cristianismo. Tudo o que temos até aqui é Alguém ou Algo que está por trás da Lei Moral. Não lançamos mão da Bíblia nem das igrejas: estamos tentando ver o que podemos descobrir por esforço próprio a respeito deste Alguém. Quero, inclusive, deixar bem claro que essa descoberta é chocante. Temos dois indícios que dão prova desse Alguém. Um deles é o universo por ele criado. Se fosse essa a nossa única pista, teríamos de concluir que ele é um grande artista (já que o universo é um lugar muito bonito), mas que também é impiedoso e cruel para com o homem (uma vez que o universo é um lugar muito perigoso e terrível).

O outro indício é a Lei Moral que ele pôs em nossa mente. É uma prova melhor do que a primeira, pois conhecemo-la em primeira mão. Descobrimos mais coisas a respeito de Deus a partir da Lei Moral do que a partir do universo em geral, da mesma forma que sabemos mais a respeito de um homem quando conversamos com ele do que quando examinamos a casa que ele construiu. Partindo desse segundo vestígio, concluimos que o Ser por trás do universo está muitíssimo interessado na conduta correta - na lealdade, no altruísmo, na coragem, na boa fé, na honestidade e na veracidade. Nesse sentido, devemos concordar com a visão do cristianismo e de outras religiões de que Deus é "bom". Mas não vamos apressar o andar da carruagem. A Lei Moral não embasa a idéia de que Deus é "bom" no sentido de indulgente, suave ou condescendente. Não há nada de indulgente na Lei Moral. Ela é dura como um osso. Exorta-nos a fazer a coisa certa e parece não se importar com o quanto essa ação pode ser dolorosa, perigosa ou difícil. Se Deus é como a Lei Moral, ele não tem nada de suave. De nada adianta, a esta altura, dizer que um Deus "bom" é um Deus que perdoa. Estaríamos indo depressa demais. Só uma pessoa pode perdoar, e não chegamos ainda a um Deus pessoal - só a um

poder que está por trás da Lei Moral e se parece mais com uma mente do que com qualquer outra coisa. Mas ainda seria improvável dizer que se trata de uma pessoa. Caso se trate de uma pura mente impessoal, não há sentido algum em pedir que ela nos dê uma certa folga e nos desculpe, da mesma forma que não há sentido em pedir que a tabuada seja tolerante com nossos erros de multiplicação. Nesse caminho, encontraremos a resposta errada. Tampouco adianta dizer que, se existe um Deus assim - uma bondade impessoal e absoluta -, você não precisa gostar dele nem se preocupar com ele. Afinal, a questão é que uma parte de nós está ao lado dele e realmente concorda com ele quando desaprova a ganância, as baixezas e os abusos humanos. Talvez você queira que ele abra uma exceção no seu caso e o perdoe desta vez; mas no fundo sabe que, a menos que esse poder por trás do mundo realmente deteste inabalavelmente esse tipo de comportamento, ele não pode ser bom. Por outro lado, sabemos que, se existe um Bem absoluto, ele deve detestar quase tudo o que fazemos. Este é o terrível dilema em que nos encontramos. Se o universo não é governado por um Bem absoluto, todos os nossos esforços estão fadados ao insucesso a longo prazo. Se, no entanto, ele é governado por esse Bem, fazemo-nos inimigos da

bondade a cada dia e o panorama não parece dar sinais de melhora no futuro. Logo, nosso caso é, de novo, irremediável — inviável com ou sem ele. Deus é o nosso único alento, mas também o nosso terror supremo; é a coisa de que mais precisamos, mas também da qual mais queremos nos esconder. E nosso único aliado possível, e tornamo-nos seus inimigos. Certas pessoas parecem pensar que o encontro face a face com o Bem absoluto seria divertido. Elas devem pensar melhor no que dizem.

Estão apenas brincando com a religião. O Bem pode ser o maior refúgio ou o maior perigo, dependendo de como reagimos a ele. E temos reagido mal.

Enfim, a terceira coisa que tinha a dizer. Quando decidi dar todas estas voltas para chegar a meu verdadeiro assunto, nunca tive a intenção de lhes pregar uma peça. Meu motivo foi outro: foi que o cristianismo só tem sentido para quem teve de encarar de frente os temas tratados até aqui. O cristianismo exorta as pessoas a se arrepender e promete-lhes o perdão. Conseqüentemente (que me conste), ele não tem nada a dizer às pessoas que não têm a consciência de ter feito algo de que devem se

arrepende e que não sentem a urgência de ser perdoadas. E quando nos damos conta da existência de uma Lei Moral e de um Poder por trás dessa Lei, e percebemos que nós violamos a Lei e ficamos em dívida para com esse Poder - é só então, e nunca antes disso, que o cristianismo começa a falar a nossa língua. Quando você sabe que está doente, dá ouvidos ao médico. Quando perceber que nossa situação é crítica, começará a entender a respeito do que os cristãos estão falando. Eles nos oferecem uma explicação de por que nos encontramos em nosso estado atual, de odiar o bem e também de amá-lo; de por que Deus pode ser essa mente impessoal oculta por trás da Lei Moral e, ao mesmo tempo, uma Pessoa. Explicam que as exigências dessa lei, que nem eu nem você conseguimos cumprir, foram cumpridas por Alguém, para o nosso bem; que Deus mesmo se fez homem para salvar os homens de sua própria ira. É uma velha história, e se você quiser esmiuçá-la poderá consultar pessoas que, sem dúvida nenhuma, têm mais autoridade do que eu para falar dela. Tudo o que faço é pedir a todos que encarem os fatos - que compreendam as perguntas para as quais o cristianismo pretende oferecer respostas. Os fatos amedrontam. Gostaria de poder falar de coisas mais

amenas, mas devo declarar o que penso ser a verdade. Evidentemente, penso que, a longo prazo, a religião cristã traz um consolo indescritível; mas ela não começa assim. Ela começa com o desalento e a consternação que descrevi, e é inútil tentar obter o consolo sem antes passar pela consternação. Na religião, como na guerra e em todos os outros assuntos, o consolo é a única coisa que não pode ser alcançada quando é buscada diretamente. Se você buscar a verdade, encontrará a consolação no final; se buscar o consolo, não terá nem o consolo nem a verdade - terá somente uma melosidade vazia que culminará em desespero. Muitos entre nós já nos recuperamos da euforia de antes da guerra em matéria de política internacional. E hora de fazer a mesma coisa com a religião.